

Cesar Kuzma  
Maria Clara Lucchetti Bingemer  
Andreia Cristina Serrato  
(Orgs.)

# **RELIGIÃO, LAICIDADE E DEMOCRACIA**

Cenários e perspectivas

**Soter**  
Sociedade de Teologia  
e Ciências da Religião

  
**Paulinas**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Angélica Ilacqua CRB-8/7057**

Religião, laicidade e democracia : cenários e perspectivas / organizado por Cesar Kuzma, Maria Clara Lucchetti Bingemer, Andreia Cristina Serrato. - São Paulo : Paulinas, 2022.

248 p.

ISBN 978-65-5808-163-0

1. Igreja e Estado 2. Democracia 3. Religião I. Kuzma, Cesar II. Bingemer, Maria Clara Lucchetti III. Serrato, Andreia Cristina

22-1505

CDD 322.1

**Índice para catálogo sistemático:**

I. Igreja e Estado

1ª edição – 2022

Direção-geral: *Flávia Reginatto*

Conselho editorial: *Andreia Schweitzer*  
*Antônio Francisco Lelo*  
*Fabiola Araújo*  
*João Décio Passos*  
*Marina Mendonça*  
*Matthias Grenzer*  
*Vera Bombonato*

Editores responsáveis: *Vera Ivanise Bombonato e João Décio Passos*

Copidesque: *Mônica Elaine G. S. da Costa*

Coordenação de revisão: *Marina Mendonça*

Revisão: *Sandra Sinzato*

Gerente de produção: *Felício Calegato Neto*

Capa: *Tiago Parreiras (Seth Comunicações) sobre arte de Sergio Ricciuto Conte*

Diagramação: *Tiago Filu*

---

*Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora. Direitos reservados.*

---

**Sociedade de Teologia  
e Ciências da Religião — SOTER**

Av. Dom José Gaspar, 500  
Coração Eucarístico  
PUC Minas, Prédio 4, Sala 119  
30535-901 — Belo Horizonte — MG (Brasil)  
[www.soter.org.br](http://www.soter.org.br) — [soter@soter.org.br](mailto:soter@soter.org.br)

**Paulinas**

Rua Dona Inácia Uchoa, 62  
04110-020 — São Paulo — SP (Brasil)  
Tel.: (11) 2125-3500  
<http://www.paulinas.com.br> — [editora@paulinas.com.br](mailto:editora@paulinas.com.br)  
Telemarketing e SAC: 0800-7010081

© Pia Sociedade Filhas de São Paulo — São Paulo, 2022

# Sumário

Apresentação.....	7
CESAR KUZMA	

## PARTE I

Religião, laicidade e democracia – Reflexões do Congresso 2021

CAPÍTULO 1	
O atual cenário brasileiro .....	15
PEDRO A. RIBEIRO DE OLIVEIRA	

CAPÍTULO 2	
Democracia e direitos humanos.....	33
FREI BETTO	

CAPÍTULO 3	
Direitos humanos, democracia e políticas sociais: uma análise da crise social e dos retrocessos a partir da agenda de direitos .....	53
JUCIMERI ISOLDA SILVEIRA	

CAPÍTULO 4	
Nossa responsabilidade com a casa comum e as gerações futuras Apontamentos de ética e teologia .....	75
AFONSO MURAD E DANIEL CASTELLANOS	

CAPÍTULO 5	
Novos rumos na economia.....	103
LADISLAU DOWBOR	

CAPÍTULO 6	
A responsabilidade das religiões na defesa da laicidade do Estado e da democracia.....	127
IVONE GEBARA	

CAPÍTULO 7

Religião, laicidade e democracia: desafios e perspectivas ..... 145

RUDOLF VON SINNER

PARTE II

Celebrativo – 50 anos da Teologia da Libertação

CAPÍTULO 8

Jubileu libertador das Teologias da Libertação..... 165

MARCELO BARROS

CAPÍTULO 9

Teologia da Libertação: 50 anos de fé e inteligência do amor..... 181

MARIA CLARA LUCCHETTI BINGEMER

CAPÍTULO 10

Algunas claves para alumbrar los nuevos tiempos:  
a 50 años de la Teología de la Liberación..... 189

GERALDINA CÉSPEDES, OP

CAPÍTULO 11

50 Anos de Teologia da Libertação:  
uma cartografia memorial protestante..... 199

ROBERTO E. ZWETSCH

PARTE III

Anexos

Elegia a Ivone Gebara..... 239

ROBERTO E. ZWETSCH

Nota da Diretoria da SOTER por ocasião do Encerramento  
do 33º Congresso Internacional da SOTER, ocorrido  
entre os dias 12 e 16 de julho de 2021 ..... 243

Organizadores ..... 245

# Apresentação

O livro que aqui apresentamos, em parceria com a Paulinas Editora, é resultado do que foi oferecido, refletido e produzido no 33º Congresso Internacional da SOTER, realizado de modo remoto entre os dias 12 e 16 de julho de 2021, em meio à Pandemia da Covid-19. Essa foi a primeira vez que a SOTER realizou um congresso de forma *online*; uma situação que se fez exigente e trouxe novos desafios, novas orientações, bem como novas possibilidades e aprendizados do como fazer e de como transmitir aquilo que fazemos. O não estar em Belo Horizonte, pela primeira vez como evento anual de nossa sociedade, fez com que aprendêssemos outras formas de divulgar e organizar o evento, novas maneiras de interação e diálogo, a fim de manter a qualidade da nossa proposta e dar a estudantes e pesquisadores/as, a sócios/sócias e amigos/as da SOTER um espaço que fosse capaz de responder às expectativas e, ao mesmo tempo, dar uma resposta coerente aos desafios apresentados. A ideia a ser perseguida é a de ser uma voz firme e consistente para o contexto/realidade que nos interpela, algo presente nos objetivos da SOTER enquanto sociedade e que todos temos o compromisso de zelar e buscar.

Nesse espírito, o Congresso de 2021 prosseguiu temáticas anteriores e se manteve de forma atenta às exigências atuais que nos chegam da sociedade e de temas envolventes de religião e teologia, sobretudo em questões que tocam a política e a democracia, os direitos humanos e sociais, o ir e vir das pessoas e questões antropológicas fundamentais, o agravamento de situações causadas pela pandemia, o papel das religiões e suas responsabilidades em meio a essas novas situações e para as implicações éticas e teológicas daquilo que produzimos. A intenção do Congresso foi a de oferecer um discurso crítico e reflexivo do contexto que nos envolve, discernindo realidades e apontando horizontes, ou, melhor dizendo, entendendo cenários

e apontando perspectivas, como bem diz o título do Congresso e que se torna também o título deste livro que aqui organizamos e apresentamos: *Religião, laicidade e democracia: cenários e perspectivas*. Tendo, pois, objetivos claros, o Congresso procurou: (1) Oferecer uma análise do atual contexto social, político e religioso, com atenção à laicidade do Estado e à emergência de novos movimentos sociais, políticos e religiosos que interagem na configuração democrática. Dentro desse cenário, situar a perspectiva das religiões e a responsabilidade que possuem perante esse quadro, e da teologia como fonte de interrogação; (2) Fundamentar os entendimentos sobre a democracia e a laicidade para, a partir disso, discutir a questão do Estado, a questão do Direito, aspectos relevantes às liberdades e a causa dos direitos humanos e da liberdade; (3) Proporcionar uma reflexão sobre a responsabilidade das religiões no atual contexto social, político e religioso, com atenção à garantia do Estado democrático e à defesa da laicidade do Estado; (4) Oferecer um olhar prospectivo sobre o quadro atual, que se tornou mais grave por conta da pandemia da Covid-19, e, nesse olhar, destacar o papel das religiões e da teologia dentro deste cenário e quais seriam as novas perspectivas que se abrem à sociedade.

Ao todo, o Congresso contou com 786 inscrições, com 445 propostas de comunicações de trabalho científico, divididas e distribuídas em 14 GTs (Grupos de Trabalho) e 20 FTs (Fóruns Temáticos). Os resultados desses trabalhos apresentados estão publicados no Caderno de Resumos e nos Anais do Congresso, ambos disponíveis no site da SOTER e no *hotsite* do Congresso/2021. Foram cinco dias que se dividiram em reuniões e atividades entre os sócios/sócias, comunicações, momentos celebrativos e premiações, no total de dez conferências realizadas, que aqui fazemos questão de mencionar: Pedro Ribeiro de Oliveira (Brasil), Boaventura de Sousa Santos (Portugal), Frei Betto (Brasil), Jucimeri Isolda Silveira (Brasil), Serena Noceti (Itália), Afonso Murad (Brasil), Ladislau Dowbor (Brasil), Ivone Gebara (Brasil), Isabel Varanda (Portugal) e Rudolf von Sinner (Suíça/Brasil). A maior parte dessas conferências, sete ao todo, foi retrabalhada pós-Congresso

pelos autores/as e se fazem presentes aqui neste livro, em forma de capítulo, como resultado do caminho percorrido e como contribuição aos objetivos da SOTER e dos que foram traçados pelo Congresso. A todos os/as conferencistas, expressamos nossa gratidão, pois a dedicação de cada um/uma fez com que a SOTER abrisse caminhos, apontasse horizontes, chamasse a atenção de dados concretos que nos pedem uma posição, tanto no Brasil quanto na América Latina e no mundo. Cada conferência foi pensada e articulada dentro de um conjunto, sendo que nada está isolado e tudo se completa e se realiza no todo, não como soma de partes que se distinguem, mas como esforço coletivo daquilo que juntos somos capazes de produzir. O Congresso ainda teria a conferência do Prof. Roberto Romano, mas, infelizmente, ele foi mais uma vítima da Covid-19 no Brasil, falecendo em São Paulo dias antes de sua participação. Todas as conferências publicadas se encontram na Parte I deste livro, com a temática de “Religião, laicidade e democracia – Reflexões do Congresso 2021”.

Fazendo valer a sua identidade e proposta, o Congresso da SOTER também fez memória dos 50 anos da Teologia da Libertação, tendo como referência a publicação do livro de Gustavo Gutiérrez (*Teología de la liberación: perspectivas*), em dezembro de 1971, em Lima, no Peru. Esse foi um momento memorável no Congresso e que a SOTER não quis conduzir sozinha, mas, sim, chamar instituições e associações parceiras e que trazem no seu labor teologal a prática e a mística libertadora. Então, além do Congresso e das discussões que se seguiram em torno da temática “Religião, laicidade e democracia”, um dos pontos altos que ocorreu foi a celebração dos 50 anos da Teologia da Libertação, que contou com a presença de quatro associações, assim representadas: Maria Clara Lucchetti Bingemer, do Brasil, pela SOTER; Sergio Torres, do Chile, pela AMERINDIA; Geraldina Géspedes Ulloa, da República Dominicana e do México, pela EATWOT/ASETT; e de Roberto Zwetsch, do Brasil, pelo FMTL. A mediação dessa mesa estava pensada para Marcelo Barros, pois é alguém que transita em todas essas associações, é sócio da SOTER e tem a vida como um testemunho. Porém, por problemas de saúde,

ele não pôde se fazer presente. Em seu lugar, tivemos a mediação de Luiz Carlos Susin, que é ex-presidente da SOTER e que também é membro e atuante nas demais associações. Foi uma noite de celebração, de fazer memória, agradecer, reconhecer e se lançar à frente, a novos desafios que nos chegam e que nos questionam em nossa tarefa de teologizar, de refletir em meio à fé e à religião, de forma a observar os sinais e as exigências do tempo em que vivemos, principalmente dos pobres e oprimidos. Essa é uma opção irrenunciável para a Teologia da Libertação. Cada fala foi construída pela experiência de quem ali apresentava, em um pensar libertador, ecumênico, em uma mística que se abria a aspectos da vida e da história, da memória das lutas e desafios, das incompreensões e entendimentos, apontando, sempre, às novas questões. A essa noite e aos/às respectivos/as conferencistas, temos acesso, em forma de capítulo, neste livro, por meio de quatro textos que podem ser traduzidos em amor à vida e à libertação, pois refletem entrega, paixão, testemunho, firmeza e esperança. Experiências, verdadeiros testemunhos que fazem justiça e dão o tom aos 50 anos celebrados. Os textos dessa parte estão publicados neste livro, na Parte II, “Celebrativo – 50 anos da Teologia da Libertação”.

Gostaria, também, de chamar a atenção a outros dois textos que se destacam nesta publicação, na Parte III, chamada de “Anexos”.

Desde 2017, a Diretoria da SOTER instituiu o Prêmio João Batista Libanio, oferecido a um/uma teólogo/a, estudioso/a e/ou cientista da religião que, em sua vida, transpareça essa entrega libertadora como testemunho. O nome Libanio, que dá sentido ao prêmio, serve de orientação, pois a ideia é celebrar não apenas o acadêmico como também valorizar o todo de uma vida, de uma dedicação e entrega à causa que se busca e que se persegue em reflexão. Em 2018, a SOTER entregou o prêmio a Carlos Mesters; em 2019, a Leonardo Boff; e, em 2021, após consulta entre sócios/sócias, a Diretoria da SOTER entregou o prêmio a Ivone Gebara, em reconhecimento aos seus escritos, à sua trajetória e testemunho de vida, de luta e de fé. Esse foi outro grande momento no Congresso, emocionante,



devemos dizer, em reconhecimento justo e necessário a alguém que abriu e abre caminhos para o que aqui pensamos e refletimos. Ivone Gebara foi pioneira em uma ação que ainda hoje inspira a muitos, homens e mulheres, pessoas de Igrejas e de fora delas, religiosos ou não, da teologia ou não, mas que arriscam e ousam pensar e lutar por direitos e por uma causa que dá razão e traz sentido à vida. A entrega do prêmio a Ivone é um sentimento de gratidão de todos e todas que dela recebemos uma palavra de vida e que liberta. Após o prêmio, o Congresso se abrilhantou com mais uma conferência de Ivone (já que ela era conferencista oficial do Congresso), em que ela pôde reproduzir aspectos da sua vida e de sua caminhada, na clara intenção de dizer que não chega a esse prêmio sozinha e que faz questão de dividi-lo com outras tantas mulheres que, como ela, percorrem e perseguem esse caminho da justiça, da liberdade e da fé. Após a fala de Ivone, fomos surpreendidos por um belíssimo poema dedicado a ela, escrito e proferido por Roberto E. Zwetsch, que é seu amigo pessoal e foi seu aluno em Recife, e que, aqui no livro, fazemos questão de publicar, como registro e como memória celebrativa desse momento.

Por fim, como já é tradição na SOTER após os congressos, a Diretoria redigiu uma Nota e a fez pública, como resultado do caminho percorrido pelo Congresso durante os cinco dias e para chamar a atenção aos graves desafios que avançam sobre a sociedade brasileira, no que diz respeito à política, à democracia, à laicidade, aos direitos humanos e sociais e ao papel que compete às religiões, em especial, às Igrejas cristãs. Essa nota foi publicada em vários veículos digitais e está no *site* da SOTER; porém, como este livro traz os resultados do Congresso e uma reflexão pós-Congresso, como registro histórico, fazemos questão que essa nota também seja publicada aqui, como referência do que, em conjunto, a SOTER ofereceu em 2021.

Este tema, trabalhado no Congresso e aqui neste livro, não se fecha facilmente. Ao contrário, convida-nos a um olhar atento a novas realidades que surgem a cada dia. Os tempos são difíceis, causam apreensão e incertezas. Muitos foram os retrocessos em nossa

sociedade. No entanto, também há esperança e nela, mesmo frágeis, surgem forças de vida e resistência. Este livro quer ser honesto com o que foi produzido no Congresso e traz em seus textos a riqueza das conferências e reflexões apresentadas. Mas, mesmo na crítica e nos desafios dos cenários, queremos apontar para algo novo, para uma busca, para novos “cenários e perspectivas”. É possível construir algo e avançar; a força do coletivo é mais forte e a semente da democracia e do direito nos faz buscar a justiça e o bem comum. Nesse Congresso e neste livro, não chegamos sozinhos a um resultado final; a construção se deu coletiva, de cada palestrante, moderador/a, comunicador/a, de cada membro da Diretoria, de cada membro da comissão de organização ou científica, de cada pessoa que ali se fez presente, mesmo que de modo remoto. Esse Congresso, o tema e os momentos celebrativos nos fazem entender que é possível caminhar, que precisamos uns dos outros, que temos de andar juntos, avançar em projetos que nos façam garantir democracia e laicidade; e olhar para isso com atenção é um papel que deve ser assumido pelas religiões e pelas teologias que produzimos.

O desejo é que este livro possa somar e se torne um suporte para pesquisas e orientações. Que ele seja uma contribuição. Agradeço a todos e todas que colaboraram, agradeço às parcerias que tivemos nesse Congresso: da PUC Minas, da Paulinas, da AMERINDIA, do Fórum Mundial de Teologia e Libertação (FMTL), da EATWOT/ASETT e do CEHILA. Democracia e libertação são caminhos que se percorrem de mãos dadas; então, caminhemos juntos. Todos e todas!

Desejo uma boa leitura!

CESAR KUZMA  
PRESIDENTE DA SOTER (2016-2022)  
PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO  
33º CONGRESSO INTERNACIONAL DA SOTER

## PARTE I

# Religião, laicidade e democracia – Reflexões do Congresso 2021





# O atual cenário brasileiro

PEDRO A. RIBEIRO DE OLIVEIRA\*

### 1. A metáfora teatral

Falar sobre o cenário do debate que envolve religião, laicidade e democracia implica recorrer à metáfora do teatro: em determinado cenário, atores e atrizes comportam-se conforme os respectivos papéis e desenvolvem o roteiro da peça aos olhos do público. É evidente que, como toda metáfora, ela só vale até certo ponto, porque a política não segue roteiro predeterminado nem tem público que a assista sem tomar parte da trama; porém, ela facilita o trabalho de análise da realidade, porque estabelece a divisão da narrativa em diferentes atos, cada qual com seu cenário e relevo a certos personagens: quem teve papel de protagonista em um ato pode ter papel coadjuvante no ato seguinte. A mim coube a tarefa de descrever o cenário atual e situar as relações entre os personagens políticos que nele têm papel mais relevante, para situar o campo em que será debatida a relação entre religião, laicidade e democracia em nosso sofrido país.

Antes de entrar no tema, quero expressar minha convicção de ser o Estado laico uma conquista republicana e democrática. A proibição de ingerência do poder público nas questões de culto, doutrina ou organização de Igrejas ou tradições religiosas tem como contraparte a não interferência de entidades religiosas em decisões do Estado. Isso não impede que o Estado se imponha em defesa

---

\* Leigo católico, nascido em 1943. Doutor em Sociologia, foi professor nos PPGs, em Ciências da Religião na UFJF e na PUC Minas. É membro de Iser-Assessoria e da Coordenação do *Movimento Nacional Fé e Política*.

de direitos ameaçados por atitudes de intransigência religiosa, nem que entidades religiosas motivem seus fiéis à participação em organismos políticos, como quaisquer outras entidades da sociedade civil. Entre os dois polos – o que impede qualquer ação religiosa fora dos templos ou espaços de culto e o que instrumentaliza a religião para impor limites à ação do Estado – a fé e a política devem se relacionar no sentido de promover a humanização da sociedade, fundada na justiça e na paz. Justamente por ser uma conquista, o princípio da laicidade do Estado deve ser sempre reiterado, porque nada é definitivo – especialmente em política. Por isso, é de grande importância este Congresso da SOTER, que tenho a honra de abrir.

Vamos então à análise descritiva do cenário atual de nossa história, isto é, ao momento em que termina o ato anterior e é montado o cenário do ato a que agora assistimos. É claro que não há consenso sobre esse momento, porque na história real não há cortina para marcar o fim de um ato e o início do outro. Alinho-me entre analistas que datam seu início em 2016, quando se abre o processo de *impeachment* de Dilma, mas não sei dizer em que parte dele estamos: provavelmente, estamos no meio ou no meio para o final. É, portanto, com mais hipóteses que certezas que me aventuro a fazer uma análise descritiva do atual cenário político brasileiro.<sup>1</sup> Ao fazê-lo, destaco o cenário – o palco com os objetos, sons e luzes que o compõem – e os personagens em cena, sem aprofundar no que dizem e fazem esses personagens. Em outras palavras, atenho-me mais à dimensão estrutural do tempo atual do que à conjuntura, isto é, ao desenrolar do processo político em curso. A razão é óbvia: neste ano a peça ganhou um ritmo que é quase impossível acompanhar.

---

<sup>1</sup> Seria impossível citar todas as fontes a que recorri para esta análise, mas não posso deixar de indicar a principal: a leitura diária do boletim eletrônico *IHU-Notícias*, do Instituto Humanitas da UNISINOS – São Leopoldo-RS.

## 2. O Brasil no sistema mundial de mercado

O atual cenário brasileiro é o resultado de um longo processo histórico, que precisa ser considerado. A rigor, seria necessário remontar até o século 16 – quando a colonização portuguesa inicia o processo de ruptura das sociedades tribais e impõe o escravismo como base do capitalismo mercantilista –, porque os efeitos da ruptura que ocorreu ali se fazem sentir até hoje, mas nosso foco é o momento atual. Para concentrar a atenção no presente, vamos dar por conhecido o sistema mundial de mercado e seu desenvolvimento histórico até o final da Guerra Fria, em 1990, quando o bloco comandado pelos EUA derrota a primeira experiência histórica do socialismo, na URSS. Desmanchada a URSS e enfraquecido o movimento socialista no mundo, inicia-se o período de hegemonia do capitalismo de ideologia neoliberal, que dura até a crise econômico-financeira de 2008. Nesse curto período de duas décadas, o mundo passou por grandes mudanças e é indispensável conhecê-las para entendermos o cenário atual.<sup>2</sup> Por isso, minha análise se faz em dois tempos: no primeiro, veremos o cenário que se encerra em 2008, marcado pelo capitalismo neoliberal; em seguida, veremos o cenário atual, que sob a hegemonia do que podemos chamar “capitalismo de rapina”.

Deixo em silêncio, porém, um fato histórico da maior importância, mas raramente levado em consideração: a história da Terra. Ela não é somente o espaço físico e biológico onde corre a história humana, mas um ente vivo, com sua própria história e que a qualquer momento pode intervir, provocar o desmoronamento do cenário e interromper ou mesmo pôr um fim à peça conduzida pela humanidade. A atual pandemia nos dá uma pequena amostra dessa realidade, ao alterar as regras do jogo político e até da economia; mas é a catástrofe climático-ambiental que se aproxima que precisa ser considerada com mais atenção: ignoramos a data de sua ocorrência, mas com certeza já na

---

<sup>2</sup> O leitor ou leitora encontrará em J. L. Fiori (2020) uma visão abrangente e didática desse contexto geopolítico, indispensável a uma análise do cenário brasileiro. Recomendo sem hesitar sua leitura.

metade deste século o prédio do teatro não será o mesmo, ainda que não desmorone inteiramente. Nossa história ganhará, então, outra narrativa, que hoje mal conseguimos vislumbrar.

### 2.1 *Cenário anterior: a globalização neoliberal e seu impasse*

A vitória dos EUA na Guerra Fria, em 1989, foi também a vitória do mercado global sob hegemonia de grandes empresas transnacionais. Nesse cenário, que dura até à crise financeira de 2008, os EUA são o principal ator, por seu poderio militar (com centenas de bases militares em todos os continentes), sua economia (PIB disparado na frente dos outros países), tecnologia de ponta e o fato de ser o US\$ a moeda de referência do comércio e das finanças mundiais. Sua principal força política é o complexo industrial-financeiro-militar, que tem o poder de impedir qualquer medida do governo que contrarie seus interesses. Nesse momento viveu-se a globalização neoliberal, de desregulação dos mercados e de ampla liberdade para o capital, inclusive o capital especulativo.

Essa vitória do capitalismo foi saudada como “fim da história”, ou, mais pragmaticamente, no dizer de Margaret Thatcher, “não há alternativa”. De fato, seu impulso inicial foi avassalador: abertura de mercados, desregulamentação do fluxo de capitais, privatizações, desmantelamento de políticas sociais e outras medidas prescritas pelo *consenso de Washington*, que prometia levar à “montanha da prosperidade” quem se dispusesse a atravessar o “vale de lágrimas” do receituário neoliberal. O resultado, porém, foi a financeirização global do capital: em vez de ser investido no aumento da produção, era transformado em empréstimos que estrangulavam os Estados com juros escorchantes e em aplicações financeiras sem lastro na economia real. Em poucos anos, esse jogo especulativo do capital aumentou a distância entre ricos e pobres como nunca antes na história, fazendo com que um pequeno número de bilionários detivesse um volume de riqueza tão grande que a maioria da humanidade nem conseguiria imaginar.



Nesse mesmo período, mas como que na contramão do neoliberalismo, aparecem no cenário mundial alternativas políticas e econômicas, como a consolidação da União Europeia e a criação de sua moeda – o Euro –, a reconstrução da Rússia a partir dos escombros da extinta URSS, o capitalismo de Estado na China e os governos social-desenvolvimentistas da América do Sul. É desse embate entre o neoliberalismo desenfreado e as alternativas que despontam em diferentes partes do mundo que será composto, na década de 2010, o atual cenário. Antes de examiná-lo, porém, é preciso fazer um balanço dos resultados reais do neoliberalismo. Para isso recorro a W. Brown (2019).

## 2.2 *Nas ruínas do neoliberalismo*

O título de seu livro causa impacto: *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. Focando as questões culturais nos EUA e em outras sociedades do Ocidente, a autora mostra como o neoliberalismo – agora em ruínas – desempenhou a função de destruir os fundamentos da sociabilidade, ao substituir as relações de solidariedade (dar/receber/retribuir) por relações de mercado (comprar/vender). Ao fazê-lo, reduziu o campo da solidariedade humana ao espaço familiar, como ensinava Margaret Thatcher: “Sociedade não existe, existe o indivíduo e sua família”. Daí sua defesa da família, mas a família idealizada e não as famílias realmente existentes. O neoliberalismo destruiu também os fundamentos da política, reduzindo-a a processos eleitorais para a escolha de gestores do aparelho estatal, encarregado de resguardar a propriedade privada e a liberdade do mercado, evitando qualquer interferência em seu funcionamento. Não por acaso os grupos capitalistas tomaram a luta contra a legalização do aborto como bandeira eleitoral: ela tira de foco do eleitorado o debate sobre as questões políticas e econômicas, ao mesmo tempo em que legitimam as candidaturas que se colocam em defesa da família. Seu conservadorismo no âmbito familiar, rechaçando também qualquer debate sobre questões de gênero, vai de par com seu liberalismo no âmbito da economia, em que o papel do

Estado deveria reduzir-se à função policial: proteger a propriedade privada, assegurar a liberdade do mercado e defender a família (no caso, aquela dita “de bem”).

Destruídas as bases da solidariedade social e despolitizada a política, temos um mundo pós-neoliberal à mercê de grupos políticos cuja classificação não é consensual: fascistas, fundamentalistas, populistas, autoritários, libertarianos, racistas, supremacistas, enfim, grupos situados na extrema-direita do espectro político. Figuras como Trump, Bolsonaro e Orbán bem ilustram essa categoria de políticos que combatem o Estado democrático, apoiam-se no fundamentalismo cristão e só reconhecem os direitos do indivíduo e do mercado, nunca os direitos sociais – para não falar dos Direitos Humanos, que eles desconhecem ou abominam.

O fracasso do projeto neoliberal deve-se ao estouro da “bolha” especulativa, em 2008, quando os governos de Estados nacionais se viram levados a intervir na economia para salvar o sistema financeiro, que, entregue às próprias forças, estava prestes a desmoronar. Desfez-se, assim, a ideologia que destruiu o Estado de bem-estar social no Norte global e o Estado desenvolvimentista no Sul global. Mas não foi gestada uma alternativa plausível. Os movimentos de protesto social dos anos 2012 a 2015, em vários países do Norte e do Sul, bem expressam esse impasse: recusa-se a institucionalidade vigente – o *stablishment* –, mas as alternativas que despontam esbarram na intransigente oposição do 1% mais ricos,<sup>3</sup> que não abrem mão dos privilégios que a propriedade privada do capital lhes dá.

A consequência é o mal-estar generalizado de nossos dias. O declínio da civilização ocidental (moderna, cristã, capitalista, colonialista, patriarcal e antropocêntrica) acarreta, em reação, movimentos ultraconservadores por todo o mundo – o bolsonarismo é apenas um exemplo. Isso é notável também no campo religioso,

---

<sup>3</sup> As medidas tomadas diante da crise financeira de 2008 favoreceram a concentração da riqueza. Hoje, 147 grupos (dos quais 75% são bancos) controlam 40% do sistema corporativo mundial, e 1% dos habitantes da Terra detêm riqueza igual a dos 99% restantes. Uma excelente análise desse capitalismo é oferecida por L. Dowbor (2017).

em que fundamentalistas de diferentes tradições cristãs defendem um passado idealizado. Esses movimentos são incapazes de encaminhar uma solução viável às dificuldades do tempo presente, mas combatem qualquer proposta alternativa à civilização ocidental tal como a entendem. Daí esse mal-estar contemporâneo que atravessa as sociedades identificadas com o Ocidente.

### 2.3 Geopolítica e guerra híbrida

Nesse contexto de crise da globalização neoliberal, o capital financeiro se agigantou, enquanto os capitais produtivos quase não cresceram, exceto no campo polarizado pela China e pela Índia. Com isso, o polo da economia mundial vai-se transferindo do Atlântico Norte para o Pacífico. O poder militar, porém, continua sendo dos EUA, seguido pela Rússia e China. Isso só faz alimentar o clima de tensão mundial. Hoje, temos um quadro multipolar no qual as tensões se equilibram para não chegar ao confronto direto entre as grandes potências, embora não esteja descartado um conflito de grandes proporções – inclusive com o uso de armas nucleares de baixa intensidade. É nesse cenário geopolítico que devemos considerar a posição do Brasil e seus parceiros da América Latina, a ser analisada mais adiante.

Neste tempo de tensões geopolíticas entre EUA, China, Rússia, Índia e União Europeia, é de fundamental importância para os EUA manter sob controle o continente americano, conforme a velha Doutrina Monroe: “América para os americanos”. Os governos que tentaram ou tentam escapar desse controle tornam-se alvo de sua implacável geopolítica de guerra. Foi ou é o caso pelo menos de Cuba, Honduras, Haiti, Venezuela, Paraguai, Brasil, Bolívia e Equador.

A novidade dessa guerra do século 21 é o uso racional e metódico da informação via internet como instrumento de combate a governos vistos como hostis. Chamada “híbrida” ou “de 4ª geração”, essa forma de guerra foi experimentada no Iraque (em 2003) e depois na “Primavera árabe”. Seu comando cabe ao chamado *deep State* (Estado

profundo), conglomerado formado por grandes corporações, comando militar, agências de segurança e altos funcionários do Estado, que funciona como governo *de fato* na sombra do governo *de direito*. As armas dessa nova forma de guerra são informações parcialmente verdadeiras (pós-verdade) ou falsas (*fake-news*), produzidas de tal forma que pareçam verdadeiras a quem recebe. Difundidas pela grande mídia (TVs, rádios e jornais) e por redes digitais, com o respaldo de certas instituições de prestígio (Igrejas, ONGs, institutos de produção de ideias), elas se tornam plausíveis e são logo replicadas, multiplicando-se nas redes virtuais (como é o vírus de computador). A população do país-alvo dessa guerra é bombardeada por aquelas informações distorcidas e, confundida por notícias disparatadas, acaba sendo levada por argumentos que apelam antes para a emoção do que para a razão. Essas informações devem deslegitimar o inimigo (a acusação mais frequente é a de corrupção) para que, fragilizado, ele seja facilmente derrubado por meios militares, políticos ou judiciais, com o consentimento – ativo ou passivo – da população manipulada pela mídia e pelas redes de internet. Em todo esse processo é fundamental a cumplicidade de grupos sociais no país-alvo: os milionários e milionárias, grandes proprietários, mídia corporativa, Igrejas, militares e grupos criminosos ou paramilitares. Quando, enfim, é derrubado o governo hostil aos interesses do capital transnacional, instaura-se um governo vassalo do *deep State* dos EUA.

Considerando apenas a *Nossa América*, os EUA têm tido êxito nessa guerra – com as exceções de Cuba e Venezuela, que até o presente momento têm resistido às suas investidas midiáticas, apesar de retornarem como ondas sempre que surgem condições favoráveis.

É nesse contexto geopolítico conturbado e como produto da vitória dos EUA na guerra *híbrida* que vamos examinar o processo de construção do atual cenário brasileiro e seus resultados na atualidade, tendo em mente que se trata de um processo dialético, porque um povo não morre: após um tempo de abatimento, os derrotados buscam novas formas de ação para estabelecer outra estrutura econômica, cultural e política. É o que se pode perceber

no cenário atual: após um tempo acabrunhados pela derrota, os setores dominados ou subalternos que formam a grande maioria da população brasileira começam a fazer ouvir seu clamor e a resistir desde o território onde vivem.

### 3. O cenário brasileiro de hoje: construção e atores

#### 3.1 O golpe de 2016

A fidelidade ao real obriga-nos a tomar como ponto de partida a derrota dos projetos desenvolvimentistas ou libertários que entre 2003 e 2014 descortinaram um novo e melhor cenário para o Brasil e o conjunto da América Latina e do Caribe. Parecíamos, então, caminhar para uma situação de democracia social, política e econômica neste século 21. Frustrados aqueles projetos, nem mesmo a análise mais otimista seria capaz de apontar a possibilidade de sua retomada no atual cenário brasileiro. Encaremos, portanto, de frente, essa dura realidade, mas sem abrir mão da esperança de um dia construir aqui uma sociedade fundada na justiça e no respeito aos Direitos Humanos, porque o drama da história ainda não chegou ao final, quando os povos da Terra conhecerão a paz.

Em 2013, as classes dominantes romperam o pacto de 2002 com o PT (que suspendeu a execução das reformas agrária, fiscal e política, e não levou em frente a auditoria da dívida pública em troca do projeto social-desenvolvimentista do governo Lula) e se alinharam com o *deep State* dos EUA. Naquele ano, as grandes mobilizações juvenis e populares, que reivindicavam melhores condições de vida na cidade e maior participação política, não tiveram suas demandas acolhidas pelo governo Dilma, que chegou a propor um plebiscito para convocar uma assembleia constituinte, mas em seguida voltou atrás. Elas foram então gradualmente assumidas pela estratégia da guerra *híbrida*, transformando-se no primeiro passo do processo que resultou no golpe de 2016. Dado o golpe do *impeachment*, o governo do PSDB, tendo Michel Temer à frente, pôs em prática sua política

ultraliberal: o máximo ao mercado, o mínimo ao Estado de proteção social. Política que a eleição de Bolsonaro, dois anos depois, veio consolidar.

Esta é minha hipótese – plausível, como bem demonstra E. MAN-CE (2018), embora sujeita a contestação: houve uma guerra *híbrida* vencida pelas corporações e governo dos EUA, com a cumplicidade das classes dominantes do Brasil. Para seu êxito, formou-se uma coalizão entre políticos do chamado “centrão”, militares opostos à *Comissão da Verdade*, a mídia corporativa, setores do Judiciário e dirigentes de várias Igrejas cristãs. Vejamos então suas consequências.

A primeira delas foi a derrota histórica das classes trabalhadoras do campo e da cidade, dos povos originários e tradicionais e dos setores políticos alinhados com o projeto social-desenvolvimentista.<sup>4</sup> Outra consequência foi a imposição de um regime de subordinação do Estado brasileiro aos vencedores. Se houve uma guerra e uma derrota – que como tal é nossa hipótese de trabalho –, o regime aqui imposto não resulta apenas de uma rotineira e legítima troca de governo nas eleições de 2018, mesmo porque suas diretrizes se fizeram sentir logo nos dias seguintes ao *impeachment*.

Novos parâmetros políticos foram estabelecidos pelos vencedores: a Constituição e as instituições republicanas permanecem em vigor, mas seu funcionamento foi enviesado para proteger os interesses das corporações e das empresas a elas subordinadas, em detrimento do trabalho. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, devidamente amparados pelo Ministério Público e pelas Forças Armadas, estão conduzindo a sociedade brasileira segundo os preceitos do ultraliberalismo econômico em sua forma aguda, que podemos chamar de “capitalismo de rapina”. A redução dos gastos públicos com políticas sociais, as privatizações, o favorecimento ao agronegócio, as concessões de exploração mineral – especialmente na Amazônia e em territórios indígenas – e a tolerância aos juros absurdos do sistema

---

<sup>4</sup> Não cabe aqui analisar seus erros estratégicos, porque a derrota era inevitável devido à superioridade das armas de 4ª geração empregadas pelas forças vencedoras.

financeiro ganharam força a partir da posse de Bolsonaro, mas seu governo não se desviou do caminho traçado pelo PSDB e por Temer.

Apoiando-se em pessoas sem experiência política, inclusive muitos militares, Bolsonaro assumiu o governo da República como se a vitória eleitoral lhe desse a permissão de governar por meio de decretos, medidas provisórias e trocas de favores com os parlamentares. O apoio de fiéis e barulhentos seguidores e seguidoras, o silêncio obsequioso da mídia que apoia a política econômica de Paulo Guedes e o desconcerto dos grupos de oposição – minoritários no Congresso e nos Estados – permitiram que o governo fosse em frente e conseguisse fazer as prometidas reformas antipopulares, seguindo a velha política clientelista de troca de favores às custas do erário público. Como pano de fundo, o cenário exibia altos lucros nos setores do agronegócio e de exportação mineral, que se refletiam na bolsa de valores. Por isso, os donos e donas do dinheiro, das terras e das grandes empresas mantiveram seu apoio ao governo, ainda que eventualmente se sentissem incomodados pela figura bisonha do Presidente.

Foi a criminosa política do Ministério da Saúde, entregue a militares – como mostra a CPI do Senado –, diante da epidemia de Covid-19, que despertou a atual onda de resistência – e não apenas a resiliência – da sociedade brasileira ao atual regime. As manifestações de rua e as críticas abertas da mídia corporativa ao presidente são sinais de que a oposição está ganhando força e o conglomerado que sustenta o atual governo pode estar começando a se desfazer. Sem pretensão de antever o futuro, vejamos o cenário que hoje temos pela frente.

O atual cenário

Retomando a metáfora teatral, quero sugerir que o cenário atual foi montado no período de 2013-2016, sendo a posse de Temer, para realizar o programa do PSDB, o marco inicial do ato que estamos vivenciando. A eleição de Bolsonaro, em 2018, deveria consolidar aquele programa privatista e antissocial protagonizado por Paulo Guedes à frente do superministério da economia, mas sua teimosia

ultraliberal e sua incompetência política está levando a economia brasileira não ao desejável *decrescimento*, mas à decadência. Apesar disso, até o agravamento da pandemia e os primeiros resultados da CPI, os equipamentos da guerra de 4ª geração continuaram em funcionamento para respaldar o governo: a mídia corporativa, as redes digitais, setores importantes de Igrejas evangélicas e católica e organismos formadores de opinião continuavam a esconder ou camuflar as notícias e, sempre que possível, a atribuir os malefícios atuais aos governos passados (até FHC foi apontado como comunista), ou os apresentam como remédios amargos mas necessários para o país atingir a almejada prosperidade geral.

É importante notar que Bolsonaro e sua família tornaram-se alvo da crítica midiática, mas não a política econômica, cambial e agrária que concentram o poder e a riqueza no 1% muito rico. Por outro lado, com frequência cada vez maior faz-se ouvir a voz de militares – boa parte deles treinada para manter a lei e a ordem (imposta pelos EUA) no Haiti – para lembrar que o atual regime tem seu respaldo e que estão no governo. Por isso, não toleram críticas a seu corporativismo nem ao rumo político do governo que consideram como seu, embora o vexame público dos blindados desfilando em frente à Praça dos Três Poderes tenha abalado bastante seu prestígio.

Assim, sob o patrocínio de Bolsonaro avança o capitalismo de rapina, cujo lucro vem da apropriação privada de bens comuns. Temos aí a rapina mais bruta, de madeireiros, grileiros, garimpeiros e outros invasores de terras públicas ou territórios indígenas, que, protegidos por milícias rurais e urbanas, ou por policiais e militares, descumprem ordens do Poder Judiciário porque são amparados pelo presidente. Mas temos também a rapina sofisticada, praticada por banqueiros, empresários do agronegócio, da mineração e de serviços urbanos, que se beneficiam de decretos que favorecem a evasão fiscal, práticas anticológicas e a exploração e precarização de trabalhadores e trabalhadoras. Essa blindagem se completa pelas dificuldades impostas por Bolsonaro e seus apoiadores a investigações do Ministério Público e da Polícia Federal. Enfim, esse capitalismo de rapina conta



com o apoio cúmplice de pastores e pastoras de Igrejas evangélicas com cargos na FUNAI, no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, bem como em outros organismos governamentais. Há também muitos sacerdotes e bispos católicos que, contrariando a orientação geral do Papa e da CNBB, amparam o capitalismo de rapina calando-se diante desses nefastos empreendimentos.

Diante dessa realidade de sofrimento, doença, desemprego, trabalho precário, inflação e fome, surgem sinais de reativação dos setores derrotados em 2016. Seu primeiro sinal foi a instalação do acampamento ao lado da prisão de Lula, em Curitiba: a teimosia de militantes que toda manhã gritavam “bom dia” e ao final da tarde desejavam “boa noite” ao ex-presidente marcou um contraponto à campanha de difamação em curso na mídia. A reação aumentou quando se tornou pública a armação entre juiz e procuradores para colocar um fim em sua carreira política. Enfim, o reconhecimento pelo STF do erro jurídico que motivou sua prisão deu ensejo a muitas manifestações de apoio a Lula, que soube aproveitar o momento para demonstrar sua capacidade de diálogo com os diferentes setores da sociedade brasileira, desde que pautados pelo direito e pela democracia.

A partir daí ganham força no cenário político as manifestações de rua com participação predominante de jovens, as mobilizações indígenas e outras manifestações que ganham repercussão entre as entidades da sociedade civil – CNBB, OAB, ABI, Centro de Direitos Humanos Dom Paulo Arns, CONIC e outras –, e com isso alcançam a esfera da repercussão midiática. Até o presente momento essas manifestações têm um caráter mais reativo – contra os desmandos do governo – do que propositivo, embora haja propostas de frente popular ou frente ampla em torno de grandes temas de consenso. Seja como for, personagens que haviam sido excluídos do cenário em 2016, a ele retornaram e estão ganhando importância, enquanto personagens que ganharam protagonismo durante o governo Temer-PSDB parecem ter perdido definitivamente a oportunidade de ocupar um lugar de importância no cenário político brasileiro.

O cenário atual dá lugar de destaque aos atores menos favoráveis – e até mesmos aos que se opõem – ao Estado Democrático de Direito e à Justiça Social. Confiantes em seu triunfo em 2016, ratificado pelas eleições de 2018, esses atores políticos se comportam como se não houvesse futuro e tratam de ganhar o máximo possível no curto prazo. Não por acaso o governo de fato – representado pela Casa Civil – está agora nas mãos do famigerado *Centrão*, que de centro não tem nada... Este é o resultado da afinidade entre o capitalismo *de rapina* e o oportunismo político.

Diante desse quadro, a atual reativação de forças de oposição é sinal de esperança, mas não se deve ignorar que até agora elas se concentram nos setores médios da sociedade, nos grupos organizados e nos chamados “coletivos”, tendo muito pouca irradiação nos setores empobrecidos das periferias urbanas e sociais. E é uma reativação que se dá ainda de modo esparso e pouco articulado. Seu poder político e social é pequeno demais para provocar uma reversão do cenário, como parece ser o caso de outros países da América Latina, em especial o caso do Chile, que agora iniciou seu processo constituinte em bases realmente democráticas.

## Conclusão

Analisei em grandes traços o atual cenário político brasileiro, tomando como referência o ator social que pode ser qualificado por diferentes categorias – esquerda, progressista, democrático, popular – e que eu identifico por sua adesão a propostas em favor da igualdade (social, racial, de gênero) e contra os privilégios do capital em detrimento do trabalho e da terra. Trata-se de um conglomerado que reúne setores da sociedade bem diferentes entre si, cada qual com suas próprias demandas – nem todas compatíveis entre si –, mas capaz de se unir em defesa dos direitos humanos e da cidadania, como foi o caso da votação em Fernando Haddad, no 2º turno de 2018, para derrotar Bolsonaro.

Esse conglomerado social foi derrotado na guerra *híbrida* conduzida pelas corporações, organismos de segurança e governo dos

EUA – o *deep State* –, em aliança com a classe dominante brasileira na posição de coadjuvante, e seus instrumentos de controle da sociedade: as Forças Armadas, Partidos como o PSDB, o DEM<sup>5</sup> e os que compõem o chamado *Centrão*, a mídia corporativa, institutos de inteligência e grande parte das Igrejas cristãs – ou, ao menos, importantes setores delas. Essas forças venceram a guerra, mas só conseguiram colocar à frente do governo um político insignificante. Com sua família, seus amigos, comparsas e aliados de última hora, Bolsonaro tem conseguido destruir instituições e políticas públicas, mas já deu mostras de que não conseguirá realizar o projeto ultra-liberal que prometia. Agora, a situação agravou-se pela pandemia e pelas evidências de corrupção se alastrando, enquanto a economia patina em direção à estagnação, só sendo salva pelo capitalismo de rapina.

Temos então dois aglomerados de forças políticas ocupando o cenário brasileiro como principais protagonistas: a coalização vitoriosa do golpe de 2016, conduzida pela pequena minoria de muito ricos<sup>6</sup> e por grupos e setores derrotados, mas que agora estão se articulando e ganham volume. Diante desses dois protagonistas e seus muitos coadjuvantes, fica a enorme maioria da população brasileira assistindo a tudo isso sem entender. Vítima do intenso processo de despolitização resultante do neoliberalismo dos anos 1990, que não foi desfeito pelos governos de coalização do PT e ainda foi intensificado pela guerra *híbrida* iniciada em 2014, essa massa popular tem sido alvo de todo tipo de violência – física, cultural, econômica –, sem que o Estado venha em sua defesa, salvo nos raros episódios em que o Poder Judiciário intervém com sucesso.

<sup>5</sup> Em 8 de fevereiro de 2022, o TSE aprovou a união entre PSL e DEM, que passam a ser um novo partido político, chamado “União Brasil”. Esta definição é posterior ao texto escrito por Pedro Ribeiro. Como organizadores, optamos por manter o texto em sua forma original e aqui apontamos esta nota. [Nota dos organizadores].

<sup>6</sup> Não sei definir seu número. Tenho por referência os 20.800 declarantes de imposto de renda que declaram ter rendimentos (isentos) acima de R\$352.000 e a estimativa de 80 mil pessoas cuja fortuna ultrapassa US\$ 10 milhões. Seja como for, esse número é inferior a 0,2% do total de famílias brasileiras.

É enorme a disparidade de forças entre esses dois grandes protagonistas, embora o primeiro esteja se enfraquecendo enquanto o segundo ganha musculatura. Nada indica que a coalização vitoriosa vá perder seu poder, embora se possa entrever a proximidade de substituição de Bolsonaro e seu entorno. Na hipótese mais provável do *impeachment*, Mourão assume e encaminha as eleições de 2022 para consertar os estragos bolsonaristas sem prejudicar o capitalismo de rapina. Caso as forças políticas emergentes aceitem esse arranjo, é possível pensar um governo de salvação nacional sob a presidência de Lula para consertar os estragos e reduzir os limites do capitalismo de rapina – se não for possível suprimi-lo de uma hora para outra. Caso elas rejeitem esse acordo, prevejo uma grande convulsão política ocupando o cenário brasileiro já em 2022, como tudo indica ser o antigo desejo de Bolsonaro.

Há quem aposte na inevitabilidade da convulsão social e política, dada a profundidade dos estragos causados nas instituições do Estado desde 2016. Convencida de que o caos pode ser criativo, essa corrente de pensamento se propõe a abrir horizontes para uma sociedade estruturada sobre termos inteiramente novos. Ela tem a seu favor os dados mais recentes do Painel do Clima – IPCC –, que afirma já estarmos no início do processo de colapso climático – e não em uma simples crise climática. Independentemente dos próximos acontecimentos políticos, se esse processo não for revertido nos próximos anos, o caos social será inevitável.

A tendência mais forte, porém, é no sentido de se construir um governo de união nacional e salvação do capitalismo. Ainda que tenha à frente um estadista como Lula, não será capaz de ir além de uma política de redução de danos – o que não é coisa trivial, diante da realidade atual da necropolítica como política de governo. Além disso, um governo de união nacional pode ser a oportunidade histórica de oferecer aos movimentos e organizações populares o prazo de que necessitam para realizar sua função de conscientização e organização política desde as bases populares. Nesse cenário, só vejo a proposta de governo propriamente popular ou de esquerda

como trunfo a ser negociado na *concertação* que poderá resultar em um governo de salvação nacional.

Diante disso, é muito oportuna a questão que se coloca neste Congresso. Qual o papel histórico das religiões – ou, mais especificamente, da fé cristã, pois se trata também de um congresso de teologia – diante do caos que se anuncia? Construir a democracia, e democracia integral – política, econômica, ecológica e de gênero –, respeitando o princípio da laicidade do Estado, não é algo trivial. É preciso ter bem claro quais são os preceitos éticos inegociáveis ou irrenunciáveis, para que a grande *concertação* que poderá evitar uma convulsão social desastrosa seja pautada pela justiça e pelos direitos (inclusive da terra) como fundamentos da paz – no Brasil e no mundo.

## Referências

- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo*. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.
- DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- FIORI, José Luís. *A Síndrome de Babel e a disputa do poder global*. Petrópolis: Vozes, 2020.
- INSTITUTO HUMANITAS. *IHU-Notícias*. São Leopoldo-RS: UNISINOS, 2021.
- MANCIE, Euclides. *O Golpe: Brics, dólar e petróleo*. Passo Fundo: IFIBE, 2018. Disponível em: [http://euclidesmance.net/docs/o\\_golpe.pdf](http://euclidesmance.net/docs/o_golpe.pdf).



# Democracia e direitos humanos

FREI BETTO\*

Iniciemos por considerar os pressupostos evangélicos da democracia. Não é papel da Igreja indicar como ideal este ou aquele modelo político e repetir o equívoco de meu confrade Tomás de Aquino, que considerou a monarquia parlamentar a melhor forma de governo (in: *Do regime dos príncipes e Comentário da política de Aristóteles*). O teólogo dominicano assim o fez porque o regime monárquico reflete a estrutura hierarquizada da Igreja, e nele a palavra da autoridade é lei e, supostamente, coincide com a verdade. O papado é, hoje, a única monarquia absoluta vigente no Ocidente.

Pode-se encarar a questão pelo lado oposto: a estrutura eclesial reflete o sistema imperial e o regime monárquico por ter sido arquitetado quando ainda não havia senão governos autoritários e centralizadores, embora os gregos já tivessem lançado os fundamentos do que, mais tarde, resultaria no atual sistema democrático.

Se não se pode extrair dos evangelhos um modelo ideal de sociedade, nem identificar o cristianismo com capitalismo, socialismo ou qualquer outro “ismo”, é certo que a palavra e a prática de Jesus contêm princípios e valores normativos semelhantes ao modelo político compatível com os pressupostos de nossa fé cristã. Quais seriam esses valores ou paradigmas?

---

\* Frade dominicano e escritor, autor de *Um homem chamado Jesus* (Rocco), entre outras obras. Livraria virtual: [www.freibetto.org](http://www.freibetto.org).

## 1. A soberania da vida

A que veio Jesus? Fundar uma religião ou uma Igreja, curar doentes, minar as bases do Império Romano? Nada disso sobressai nos evangelhos como propósito prioritário da missão de Jesus. Ele priorizou a defesa do dom maior de Deus: a vida. “Vim para que todos tenham vida e vida em plenitude” (João 10,10).

Jesus se opôs a tudo que ameaça a vida: doenças (Mateus 9,1-8; 27-31; Lucas 5,12-14), discriminação (Lucas 5,29), opressão (Marcos 12,40), legalismo (Mateus 12,9-14) etc. A chave de leitura dos evangelhos não se resume ao dilema pureza x impureza, que caracterizava a espiritualidade dos fariseus, e sim vida x morte, libertação x opressão.

O texto de Mateus 25,31-46 nos serve de paradigma. Perguntado quem haveria de se salvar, Jesus não elencou as práticas piedosas do bom religioso nem a adesão a sua fé. Destacou a defesa da vida: “Tive fome... sede... enfermo... oprimido...”. Sublinhou que não é a fé que nos salva (“Nem todo aquele que diz Senhor, Senhor, entrará no Reino do Céu”, Mateus 7,21), e sim a prática da justiça, a capacidade de reconhecer no outro um ser dotado de ontológica sacralidade.

Ainda que realizada sem motivação explícita de fé, a prática da justiça é o mandamento que reflete por excelência a vontade de Deus e resume todos os outros. Aqueles que a assumem, e não possuem fé, somente do outro lado da vida terão ciência de que, ao defender o faminto, o doente, o migrante etc., prestaram serviço e culto ao próprio Deus – de quem somos, todos, imagem e semelhança.

## 2. O direito dos pobres

Todos os documentos episcopais divulgados pelos bispos da América Latina, de Rio de Janeiro (1955) a Aparecida (2007), enfatizam a opção preferencial – e não exclusiva – pelos pobres. O que significa isso?

As primeiras páginas da Bíblia deixam claro que Deus nos criou para viver em um paraíso. Se já não existe o Jardim do Éden, não



é culpa do Criador, e sim das criaturas que, livres para acolher ou não os dons e o amor de Deus, subverteram o projeto original de Javé e introduziram o pecado e a injustiça.

Ao se encarnar em uma sociedade injusta, desigual e conflituosa como a Palestina do século I, Jesus assumiu deliberadamente o lugar social e epistêmico dos pobres. Dirigiu, sim, sua palavra a todos, mas a partir de defesa intransigente dos direitos dos pobres. Por quê? Seriam os pobres mais virtuosos que os demais?

Jesus assumiu a defesa dos direitos dos pobres não por terem eles mais méritos aos olhos de Deus, e sim pelo simples fato de serem pobres. Ou seja, a pobreza é o sinal de que o projeto originário de Deus foi injustamente subvertido. Pobreza é carência de bens essenciais à vida digna e feliz. E nenhuma pessoa escolhe ser pobre. Todos aqueles que os são foram involuntária e injustamente condenados a tal situação. Tanto que se esforçam – através de jogos de azar, trabalho insano, migração, crime, magias ou teologias da prosperidade imediata – para se livrar o quanto antes da pobreza.

Não há na Bíblia um só versículo que afirme ser a pobreza agradável aos olhos de Deus. É um mal, fruto amargo de nossas relações injustas. Os pobres, entretanto, são bem-aventurados porque o próprio Deus vem em defesa deles, e nos exige fazê-lo com fome e sede de justiça (Mateus 5,1-10).

### 3. A partilha

A opção política dos cristãos deve levar em conta em que medida o regime de governo ou sistema político e econômico assegura vida a todos, e vida em abundância. Deve considerar o direito de todos a uma existência digna e feliz. O que implica combater as causas da pobreza e da exclusão social.

Outro pressuposto é evidenciado pelos evangelhos: a partilha dos bens essenciais à vida. Avalia-se uma sociedade não pelo número de partidos políticos e de eleições que promove, e sim pelo modo como a sua população produz, distribui e consome os bens essenciais à

vida digna e feliz. A democracia política se desmoraliza quando não se funda em democracia econômica.

Ao batizar Jesus, João definiu o que seus discípulos deveriam fazer na prática: “As multidões perguntavam a João: ‘O que devemos fazer?’. Ele respondia: ‘Quem tiver duas túnicas, dê uma a quem não tem. E quem tiver comida, faça a mesma coisa’” (Lucas 3,10-11).

É o que nos ensinam também as cartas de 1 João 4,20-21 e Tiago 2,14-24, e o episódio evangélico equivocadamente conhecido por “multiplicação dos pães” (Marcos 6,30-44).

#### 4. O poder como serviço

Na crítica ao poder, Jesus foi explícito e propôs uma inversão: “Os reis das nações têm poder sobre elas, e os que exercem autoridade são chamados benfeitores. Mas entre vocês não deverá ser assim. Pelo contrário, o maior seja como o mais novo; e quem governa, como aquele que serve” (Lucas 22,25-26). Portanto, para Jesus o poder é serviço.

Para salvar a vida de um homem, Jesus não hesitou em precipitar no abismo uma vara de dois mil porcos (Marcos 5,1-20). Ora, lido hoje, fora do contexto, o episódio pode parecer um gesto caridoso. Foi mais do que isso. Os demônios que saíram do homem diziam-se chamar “legião”, e este era exatamente o nome das corporações militares romanas. A ocupação de Israel era assegurada pelas armas da Décima Legião acantonada em Damasco, cujo estandarte – para horror dos judeus – trazia o emblema de um porco. Além disso, aquela vara pertencia a um proprietário que não deve ter ficado muito satisfeito quando soube que Jesus, para salvar vidas humanas, não cultuava o direito à propriedade privada. Por isso, o episódio termina por informar que Jesus teve de fugir da cidade para escapar da perseguição.

Segundo João (13,4), Jesus lavou os pés dos discípulos. Chegou a vez de Pedro: “Senhor, vai lavar os meus pés?”. Jesus respondeu: “Agora você não sabe o que faço, ficará sabendo mais tarde”. Pedro

reagiu: “Não permito que lave os meus pés”. Jesus retrucou: “Se eu não lavar, você não terá parte comigo!”. Simão aceitou: “Então, Senhor, pode lavar, não somente os pés, mas também as mãos e a cabeça”.

Jesus se colocou no lugar do servo, daquele que se abaixa e não se envergonha de servir ao próximo.

Em Cesareia de Filipe, Jesus perguntou aos discípulos: “O que diz o povo sobre o Filho do Homem?” (Mateus 16,13).

Quem detém poder – na escola, empresa ou Igreja –, tem coragem de perguntar aos parceiros: “O que falam de mim?”. Possivelmente não; imagina que as pessoas falam dele o que gostaria de ouvir, e morre de medo de saber o que, de fato, comentam a seu respeito.

Jesus quis saber a opinião dos outros sobre ele. Assumiu uma atitude democrática. Os discípulos responderam: “Alguns dizem que é João Batista; outros, Elias; outros, ainda, Jeremias ou algum dos profetas”. E Jesus replicou: “E para vocês, quem sou?”.

Quem é capaz de perguntar às pessoas com quem convive e trabalha: “O que pensam de mim? O que acham do meu desempenho?”. É muito difícil aceitar críticas. Em geral, ao deter parcela de poder, muitos ficam arrogantes, prepotentes e tendem a humilhar os subalternos.

Na parábola do Bom Samaritano, capítulo 10 de Lucas, o doutor da lei – portanto, um teólogo – perguntou: “Mestre, o que fazer para alcançar a vida eterna?”. Nos quatro evangelhos, nunca esta pergunta sai da boca de um pobre. É sempre feita por alguém que já ganhou a vida terrena e, agora, quer saber como investir na poupança celestial... É a pergunta de Nicodemos (João 3,1-21), do homem rico (Lucas 10,25) e de Zaqueu (Lucas 19,1-10).

Nunca um pobre questionou Jesus sobre como ganhar a vida eterna. A pergunta dele era outra: “Senhor, o que fazer para ter vida nesta vida? Minha mão está seca e preciso trabalhar; meu olho está cego e anseio por enxergar; minha filha está doente e desejo vê-la curada; meu irmão está morto e o quero vivo”. Os pobres pediam

vida nesta vida. Aos primeiros, os abastados, Jesus respondia com ironia e irritação. Aos pobres, com compaixão e misericórdia.

O doutor da lei perguntou em seguida a Jesus: “Quem é o meu próximo?”. Então a conversa mudou de figura. Jesus não raciocinava em categorias abstratas. O próximo, para ele, era um ser datado, localizado: “Um homem descia de Jerusalém para Jericó e caiu nas mãos dos assaltantes, que lhe arrancaram tudo e o espancaram. Depois foram embora e o deixaram quase morto”.

Era tempo de festa em Jerusalém. Na época não havia cartão de crédito, cheques, transferência bancária eletrônica. Quem vendia produtos em Jerusalém descia para Jericó com o bolso cheio de moedas. Possivelmente, os ladrões ficaram irritados porque aquele homem quase não tinha dinheiro. Então, deram-lhe uma surra.

Jesus não fez nenhuma crítica aos assaltantes, mas observou que um sacerdote, que descia pelo mesmo caminho, viu o homem caído e seguiu em frente. Depois, veio um levita; também passou indiferente. Ora, podemos supor que o sacerdote e o levita não ficaram indiferentes por má vontade. Tinham que participar da missa ou do culto das 6 da tarde em Jericó e, para não se atrasar, deixaram de socorrer o homem... Mas, na missa ou no culto, incluíram a vítima caída na beira da estrada nas “Orações dos fiéis”...

Jesus só levou em conta a ética do samaritano. Este não conhecia o homem, não tinha nada a ver com ele, mas, diante de um oprimido, um caído, um explorado, mudou o rumo do seu caminho para socorrê-lo.

Ética é isso! Democracia é isso! Defesa dos direitos humanos é isso! Não é fazer o bem apenas a quem encontro em meu caminho. É ser capaz de mudar o rumo do próprio caminho na direção dos mais necessitados. Conversão, categoria de trânsito, não é questão de sentimento, e sim de sentido – quem caminhava pela indiferença tome agora o rumo da solidariedade.

Essa atitude que o Evangelho exige: fazer do poder, qualquer forma de poder, serviço, de modo a trazer vida para todos, e vida em plenitude (João 10,10).

## 5. Pão nosso, Pai nosso

Não haverá verdadeira democracia enquanto esses quatro pressupostos não estiverem estruturalmente assegurados para todos: direito de acesso às condições dignas de vida; combate às causas da miséria e da pobreza; partilha dos “bens da Terra e dos frutos do trabalho humano”, como se reza à mesa eucarística; e poder como serviço.

Na Eucaristia, todos têm igual acesso à comida e à bebida, ao pão e ao vinho transubstanciados em corpo e sangue de Jesus – assim podem se considerar, de fato, irmãos e irmãs, porque repartem o “pão nosso”, e chamar verdadeiramente Deus de “Pai nosso”.

## 6. A questão do poder

No tempo de Jesus, a questão da democracia já estava posta, porém apenas em uma região distante da Palestina: a Grécia. Dominada pelo Império Romano, a Palestina era governada por homens nomeados ou consentidos por Roma – o rei Herodes, os governadores Pôncio Pilatos, Herodes Antipas, Arquelau e Filipe, e o sumo sacerdote Caifás.

O que aparece de novo em Jesus é a velha questão à qual ele dá um enfoque radicalmente diferente de seus contemporâneos: o poder. O poder já era objeto de reflexão dos filósofos gregos desde Sócrates. A ele, Platão dedicou o livro *República*, e Aristóteles, a obra *Política*.

No Primeiro Testamento, o poder é mais do que dádiva divina. É a maneira de participar do poder de Javé. É através de seus profetas que Javé escolhe e legitima os poderosos. Todavia, nenhum deles, ao contrário do que ocorria no Egito e em Roma, era divinizado pelo fato de ocupar o poder. Ainda que escolhido por Deus, o poderoso permanecia falível e vulnerável ao pecado, como foram os casos de Davi e Salomão. Não se autodivinizavam como os faraós egípcios e os céсарes romanos.

Até na Grécia, Alexandre Magno, em desespero por manter centrada em si a unidade de suas conquistas, tratou de fazer o mesmo e exigir que seus soldados o adorassem.

Jesus imprimiu outra ótica ao poder. Para ele não se trata de função de mando, e sim de serviço. Deu o exemplo afirmando que “o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir” (Marcos 10,41-45).

O que levou Jesus a inverter a óptica do poder foi a pergunta: a quem deve servir o poder em uma sociedade desigual e injusta? À libertação dos pobres, respondeu ele, à cura dos doentes, ao acolhimento dos excluídos. Este é o serviço por excelência a ser prestado pelos poderosos: libertar o oprimido e fazer com que ele também tenha poder.

O poder é uma prerrogativa divina para o serviço do próximo e da coletividade. Tomado em si, perverte. A pessoa tende a trocar sua identidade pessoal pela identidade funcional. O cargo que ocupa passa a ter mais importância do que sua individualidade. Por isso, muitos se apegam ao poder, pois ele torna o desejável possível; imanta o poderoso de modo a atrair veneração e inveja, submissão e aplausos.

A questão do poder é o coração da democracia. Esta significa, etimologicamente, governo do povo para o povo. No entanto, ainda permanece, na maioria dos países, no estágio meramente representativo. Para se tornar participativa, a democracia deverá ser expressão do fortalecimento dos movimentos populares. Um poder – o do Estado ou da classe dominante – só admite limites e evita abusos na medida em que se defronta com outro poder: o do povo organizado. Essa é a condição para que a democracia baseie a liberdade individual e os direitos humanos na justiça social e na equidade econômica. É falsa a democracia que concede a todos liberdade virtual e exclui a maioria de bens econômicos essenciais, como o acesso à alimentação, à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho, à cultura e ao lazer.

## 7. Desafios pedagógicos aos direitos humanos

Após eu proferir uma conferência na Itália, um braço se ergueu na plateia: “Como vocês lutam por direitos humanos na América Latina?”.

Pus-me a pensar. Direitos humanos na América Latina? Eis um luxo. Aqui nem conquistamos ainda direitos animais, como abrigar-se do frio e do calor, comer, beber e educar a cria. Em várias regiões do nosso Continente, muitas crianças não sabem se terão futuro e se será de dor ou felicidade.

“Direitos humanos” – eis uma expressão que virou palavrão para muitas autoridades públicas. Goebbels, ministro de Hitler, sacava a pistola quando ouvia a palavra cultura. Na América Latina, muitos gostariam de reagir do mesmo modo ao escutar “direitos humanos”. Consideram que é defender bandido. Não é. É fazer o que Jesus fez: defender o direito de todos à vida e aos bens da vida.

Segundo a Anistia Internacional, ainda hoje, em mais de uma centena de países, se torturam prisioneiros. Os EUA não apenas o fazem. Obama, quando presidente, não se envergonhou de defender em público “métodos duros” aplicados aos suspeitos de terrorismo, o que explica, mas não justifica, a manutenção da base naval de Guantánamo, em Cuba, transformada em cárcere ilegal e hediondo de homens sequestrados nos quatro cantos do mundo sob a acusação de serem virtuais terroristas. Trump adotou a mesma atitude de Obama, de apoio à tortura.

Em muitos países da América Latina, com frequência a polícia transforma uma *blitz* em chacina, como ocorreu recentemente na comunidade de Jacarezinho, no Rio;<sup>1</sup> presos pobres são seviciados em delegacias; mulheres, violentadas por agentes da lei; defensores dos direitos humanos sofrem ameaças e ataques, muitas vezes são assassinados; e quem comete tais delitos continua a desfrutar de impunidade e imunidade.

<sup>1</sup> A chacina do Jacarezinho, ou massacre do Jacarezinho, ocorreu no dia 6 de maio de 2021, com a invasão e a ação da polícia civil na comunidade. [Nota dos organizadores].

Vivemos, hoje, sob o paradoxo de popularizar o tema dos direitos humanos e, ao mesmo tempo, deparar-nos com hediondas violações desses mesmos direitos, agora transmitidas ao vivo, via satélite, para as nossas janelas eletrônicas. O que assusta e preocupa é o fato de, entre os violadores, figurarem, com frequência, instituições e autoridades – governos, polícias, tropas destinadas a missões pacificadoras etc. – cuja função legal é zelar pela difusão, compreensão e efetivação dos direitos humanos. Incluo aqui a Igreja Católica com seus escândalos de pedofilia.

Houve avanços em nosso Continente nas últimas décadas. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA tem investigado denúncias, e alguns governos criaram órgãos como a Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Brasil, cujo Congresso tipificou a tortura como crime hediondo (inafiançável).

Perdura, entretanto, uma grande distância entre as estruturas constitucionais de defesa dos direitos humanos e os persistentes abusos, assim como a ausência de garantias e recursos para assegurar tais direitos em áreas habitadas por famílias favelizadas, agricultores pobres, indígenas e quilombolas, moradores de rua, catadores de materiais recicláveis e profissionais do sexo.

## 8. Educação em direitos humanos

A falta de um programa sistemático de educação em direitos humanos na maioria dos países signatários da *Declaração Universal* favorece que se considere violação à tortura, mas não a agressão ao meio ambiente; o roubo, mas não a miséria que atinge milhares de pessoas e a concentração da riqueza em mãos de poucos; a censura, mas não a intervenção estrangeira em países soberanos; o desrespeito à propriedade, mas não a sonegação do direito de propriedade à maioria da população.

Na América Latina, o espectro do desrespeito aos direitos humanos estende-se das selvas da Guatemala ao altiplano do Peru; do bloqueio estadunidense a Cuba às políticas econômicas neoliberais



que protegem o superávit primário e o lucro dos bancos privados e ignoram o drama de crianças de rua e os milhões de analfabetos.

Um programa de educação em direitos humanos deve visar, em primeiro lugar, a qualificação dos próprios agentes educadores, tanto pessoas quanto instituições – ONGs, igrejas, governos, escolas, forças policiais e militares, partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais etc.

Em muitos países, a lei consagra os direitos inalienáveis de todos, sem distinção entre ricos e pobres, confinada, porém, à mera formalidade jurídica, que não assegura a toda a população uma vida justa e digna. Pouco vale as Constituições de nossos países proclamarem que todos têm igual direito à vida se não são garantidos os meios materiais que o tornem efetivo.

Os direitos fundamentais não podem se restringir aos direitos individuais enunciados pelas revoluções burguesas do século XVIII. A liberdade não consiste no contratualismo individual que sacraliza o direito de propriedade e permite ao proprietário a “livre iniciativa” de expandir seus lucros, ainda que à custa da exploração alheia.

Em um mundo assolado pela pobreza de mais da metade de sua população, o Estado não pode arvorar-se em mero árbitro da sociedade, e sim intervir de modo a assegurar a todos direitos sociais, econômicos e culturais. O reconhecimento de um direito inerente ao ser humano não é suficiente para assegurar seu exercício na vida daqueles que ocupam uma posição subalterna na estrutura social.

Há direitos de natureza social, econômica e cultural – como ao trabalho, à greve, à saúde, à educação gratuita, à estabilidade no emprego, à moradia digna, ao lazer etc. – que dependem, para a sua viabilização, da ação política e administrativa do Estado. Nesse sentido, o direito pessoal e coletivo à organização e atuação políticas torna-se, hoje, a condição de possibilidade de um Estado verdadeiramente democrático.

Isso vale para uma sociedade que pretenda assegurar o respeito aos direitos humanos. Em princípio, eles devem ser impostos pela

força de lei. Mas isso não basta, como a experiência demonstra. Em quase todos os países signatários da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, tais direitos, ainda que figurem na letra da lei, continuam sendo desrespeitados. Há torturas a prisioneiros, censura à imprensa, invasão da privacidade pessoal, discriminação racial e social, feminicídio, homofobia, adoção da pena de morte etc.

Portanto, o aspecto objetivo de uma legislação que garanta os direitos humanos precisa ser complementado pelo aspecto subjetivo – uma educação para os direitos humanos –, de modo a torná-los um consenso cultural enraizado no sentir, no pensar e no agir das pessoas. Essa educação deve priorizar sobretudo as pessoas que têm, por dever profissional, o papel de aplicar as leis que asseguram pleno respeito aos direitos humanos.

Toda pedagogia centrada no objetivo de tornar o educando sujeito social e histórico deve caracterizar-se por agudo senso crítico. Nesse sentido, os artigos da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* não podem ser adotados como oráculos divinos, ideologicamente imparciais e imunes a correções e aperfeiçoamentos. Eles refletem uma cosmovisão culturalmente condicionada pelos valores predominantes no Ocidente de pós-guerra. Há muito de utopia, distante da realidade. Daí a importância de uma pedagogia para os direitos humanos que parta do debate do próprio documento da ONU.

Por exemplo, o art. I reza que “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Hoje, diríamos: homens e mulheres. O fato é que homens e mulheres nascem dependentes. Como mamíferos, não podemos prescindir do cuidado de nossos semelhantes nos primeiros anos de vida. E estamos longe de nascer iguais em dignidade e direitos. Basta verificar a situação das mulheres em países do Oriente, dos indígenas na América Latina, dos refugiados nos países da África ou dos imigrantes em países da Europa Ocidental.

A crítica construtiva à *Declaração Universal* deve resultar não apenas em um aprimoramento da carta da ONU, mas sobretudo na modificação das leis vigentes e na conscientização das autoridades

responsáveis por sua aplicação, do presidente ao guarda da esquina, do primeiro-ministro ao policial do bairro.

Educar para os direitos humanos é buscar o consenso cultural que iniba qualquer ameaça aos direitos da pessoa. Direitos individuais e sociais. Torna-se imprescindível falar também no direito de participação nas decisões políticas e econômicas; no direito de controle sobre o setor bélico de nossas nações; no direito à infância sadia e alegre; no direito de preservação da boa fama diante de abusos da mídia e, inclusive, no direito a uma programação sadia nos veículos de comunicação de massa.

Uma questão delicada é como politizar a educação para os direitos humanos sem incorrer em sua partidarização. Os direitos humanos têm caráter político, pois dizem respeito à nossa convivência social. Mas, como direitos universais, devem ser implantados e respeitados dentro do princípio – que é também um direito – de autodeterminação dos povos.

Portanto, os direitos humanos não devem ser utilizados como meio de impor a outros povos os nossos modelos políticos. Eles não podem se transformar em arma de neocolonialismo, o que seria, no mínimo, um paradoxo. Tais direitos devem ser respeitados sob a monarquia e a república, no regime presidencialista e parlamentarista, no capitalismo ou no socialismo.

Por isso, é preciso começar a falar em direitos humanos e direitos dos povos como direito à independência, à escolha de seu próprio regime político, de usufruir de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, de não ser colonizado nem explorado por nações, organismos ou empresas estrangeiras.

Nenhum direito estará assegurado se, em primeiro lugar, não forem oferecidas garantias ao direito fundamental: o direito à vida. Não apenas o direito de nascer, mas também de viver em liberdade e dignidade, o que pressupõe, no mínimo, que esteja socialmente assegurado o tripé alimentação – saúde – educação.

Esse ideal só será alcançado quando escolas, igrejas, instituições religiosas e movimentos sociais, Estado e empresas privadas se

tornarem agentes pedagógicos capazes de educar pessoas e grupos em uma atitude que as faça sentir, pensar e agir segundo o pleno respeito aos direitos humanos e aos direitos dos povos.

Quando nos situamos no lugar do outro, isso representa uma mudança em nosso lugar social e se reflete na mudança de nosso lugar epistêmico. Do lugar do outro nenhuma pessoa retorna igual. O difícil é estender pontes a essa ilha egocêntrica que nos faz ver o mundo e as pessoas pela óptica de nossa geografia individual ou grupal – e este é exatamente o papel de uma pedagogia centrada nos direitos humanos.

## 9. Cultura da tolerância

O homem e a mulher são os únicos seres vivos que se contrapõem à natureza. Os demais, das abelhas arquitetas aos macacos africanos que ordenam seus recursos de sobrevivência, são todos determinados pela natureza. Esse distanciamento humano ante o mundo natural faz a realidade revestir-se de simbolismo e produz a emergência transcendental do imaginário.

Do interesse pelo fogo produzido pelo relâmpago nasce o conhecimento que desperta a consciência. Voltada sobre si mesma, a consciência humana sabe que sabe, enquanto os animais sabem, mas ignoram a reflexão. Através do símbolo e do significado, o ser humano se relaciona com a natureza, consigo mesmo, com os semelhantes e com Deus.

Nasce a cultura, o toque humano que faz, do natural, arte. A vida social ganha contornos definidos e explicações categóricas. Do domínio das forças arbitrárias da natureza, chega-se às armas que permitem a imposição de um grupo cultural sobre o outro. Porém, cultura é identidade e, portanto, resistência. Mesmo assim, a absolutização de sistemas ideológicos oferece o paraíso e induz o dominado a sentir-se excluído por não pensar pela cabeça alheia.

No Brasil colônia, os métodos de catequese cristã introduziam entre os indígenas o vírus da desagregação e, hoje, os donos dos

garimpos, das madeiras e o governo perguntam perplexos por que os povos originários necessitam de tanta terra se nada produzem. Os neopentecostais atacam os umbandistas e certos setores da Igreja cristã olham com solene desprezo o candomblé, como se seus fiéis ainda estivessem naquele estágio primitivo da consciência religiosa que não lhes permite desfrutar a beleza do canto gregoriano ou a ortodoxia teológica dos livros de Ratzinger.

A queda dos governos dos países socialistas do Leste Europeu assinala não o fim do socialismo, como propaga a mídia capitalista, mas sim da absolutização de sistemas ideológicos. Desabam, com a herança estalinista, todas as estratégias de hegemonização da cultura e a própria ideia de “evolução cultural”. Não há culturas superiores, há culturas distintas. Agonizam as versões totalizadoras em todos os terrenos da produção de sentido – político, econômico e religioso.

Quem pretender ignorar os sinais dos tempos terá de apelar ao autoritarismo para infundir temor e terror. Sabemos agora que mesmo na América Latina não há uma cultura única, mas uma multiplicidade de culturas – indígena, negra, branca, sincrética –, que se explicam por seus próprios fatores internos. Essa polissemia de sistemas de sentido é uma riqueza, embora ameace o poder daqueles que imaginavam restaurar a uniformização medieval.

Há mais de 500 anos da chegada de Colombo às Américas – uma invasão genocida que alguns chamam de “encontro de culturas” –, convém lembrar esses conceitos antropológicos. E agora a democracia impregna também a cultura. Cada homem e mulher, grupo étnico ou racial, descobre que pode ser produtor do próprio sentido de sua vida. O difícil é respeitar isso como valor, sobretudo nós, cristãos, que ainda não sabemos distinguir Jesus Cristo do arcabouço judaico e greco-romano que o reveste e tanto favorece o eurocentrismo eclesiástico.

Felizmente, o próprio Jesus nos ensina a diferença entre imposição e revelação. Impõe-se pervertendo a natureza do poder (Mateus 23,1-12). Mas revelação significa “tirar o véu”: ser capaz de captar os

fragmentos culturais de cada povo e reconhecer as primícias evangélicas aí contidas, como afirmou o Concílio Vaticano II.

Aliás, Deus não fala latim. Prefere a linguagem do amor e da justiça. E esse dialeto toda cultura incorpora e entende.

Contudo, se é verdade que o socialismo ruiu no Leste Europeu, é preciso não esquecer também que o capitalismo sempre sofreu de insuficiência crônica, por sua incapacidade de responder às demandas sociais. É, por natureza, desigual, concentrador e excludente.

Cada país capitalista rico é o resultado de inúmeros países-satélites pobres. Só quem desconhece o sistema operacional de instituições aparentemente internacionais, como o FMI, o Banco Mundial, o OCDE e o Clube de Paris, ainda incorre na ingenuidade de supor que há ajudas desinteressadas ou sinceramente interessadas no desenvolvimento das nações carentes.

A dívida externa obriga, hoje, os pobres a entregarem aos credores ricos até mesmo o que não possuem. Depois do fenômeno japonês, o seleto clube dos ricos não está mais disposto a permitir a entrada de novos sócios. A ganância de lucros é bem maior do que a riqueza disponível no planeta. A internacionalização da economia exige que a concorrência seja reduzida ao mínimo, cedendo lugar à ditadura dos cartéis que, através de empresas transnacionais, impõem preços e condições.

A tão celebrada “vitória” da concorrência de mercado não passa de uma cortina de fumaça para reificar utopias, fortalecer a hegemonia de potências capitalistas e transformar em imperativo categórico o critério liberal que associa liberdade e felicidade ao padrão de consumo. Nos últimos dez anos, os pobres ficaram ainda mais pobres. Hoje, 1% da população mundial se apropria de 20% da renda global, enquanto os 50% mais pobres recebem 9% (dados de 2021).

À luz da fé é preocupante constatar que importantes setores da Igreja cristã não se opõem ao neoliberalismo e, inclusive, aceitam sua política de considerar que o reforço das instituições – inclusive a eclesial – tem prioridade ante a defesa dos direitos dos pobres. À

reivindicação de reforma política não se soma a exigência de mudanças econômicas que assegurem o direito elementar de sobrevivência biológica, o que demonstra que tais reformas têm por único objetivo – sob o pretexto de democratização – introduzir a livre concorrência, ou seja, garantir a total liberdade e supremacia do capital privado.

Felizmente, a Teologia da Libertação não se encontra soterrada sob o Muro de Berlim, porque nunca se aliou a um projeto específico ou partidário, extrapolando a natureza de seu discurso. E se regozija quando identifica, em projetos políticos concretos, sinais evangélicos na direção da supremacia do trabalhador sobre o capital, da vida sobre a morte. Basta conhecer a produção literária dos teólogos da libertação para constatar o quanto tem sido crítica aos desvios que no Leste Europeu levaram o socialismo à falência. O que sempre enfatizou, como dever ético, foram as conquistas sociais daquelas nações que lograram erradicar os bolsões de miséria e as estruturas necrófilas tão predominantes em países “cristãos” integrados no sistema capitalista.

A utopia cristã se expressa em categorias humanas, políticas e históricas. O próprio conceito central da revelação divina em Jesus e da missão evangelizadora da Igreja – Reino de Deus – é, como já foi lembrado, um conceito político. Mas não uma proposta que se esgota na esfera política. O cuidado de jamais reproduzir o equívoco medieval de identificar o Reino com este ou aquele modelo de sociedade evitou que a Teologia da Libertação fosse ao extremo de espiritualizar o conteúdo da proposta evangélica e subtrair sua força profética, transmutando-a em mera legitimadora da ordem social injusta e desigual.

Expressão da vivência e da inteligência da fé cristã dos pobres, a Teologia da Libertação insiste em priorizar o dom da vida como manifestação suprema de Deus, sobretudo em um contexto em que a opressão produz tantas formas de morte.

Resiste também àqueles que pretendem esvaziar o dom teológico da esperança proclamando “o fim da história”, como se o futuro pudesse ser encarado como mera extensão do presente. Assegurar

a fé cristã como boa-nova aos pobres é o sinal, por excelência, de fidelidade da Igreja a Jesus Cristo – critério suficiente para determinar quem se afasta ou se aproxima da proposta evangélica.

## 10. Os novos desafios

Mas não resta dúvida de que a teologia está, hoje, diante de novos e difíceis desafios. A saber:

1. Sua utopia libertadora necessita traduzir-se em possíveis *topias* realizáveis no mundo dos pobres, como condição de novos caminhos para a transformação social. Nada indica que as revoluções, entendidas como destruição violenta do Estado, venham a se repetir com a mesma frequência do passado. Nesse sentido, é preciso trabalhar melhor os temas da democracia e das mediações socioanalíticas e instrumentais, como movimentos populares, sindicais e políticos. Inclusive, a exigência de uma “pastoral da esfera política”.
2. Se todo processo libertador supõe a progressiva conquista de posições hegemônicas, não se pode ignorar as interações entre diferentes setores da sociedade e que, de alguma forma, influem no nível de articulação política das classes populares. É preciso, pois, encarar com seriedade o trabalho pastoral junto a setores de classe média e intelectuais, artistas, cientistas e formadores de opinião pública. O basismo tende a isolar a pastoral popular e a Teologia da Libertação.
3. A questão socioecológica está na ordem do dia. Desconhecê-la é permitir que prossiga sob o tratamento romântico e fundamentalista que lhe dão governos, empresas e mídia. A defesa intransigente da preservação do meio ambiente não deve levar ao tipo de sacralização da natureza, que mobiliza multidões em prol da sobrevivência de baleias e florestas, sem que, no entanto, sejam aí incluídas milhões de pessoas que estão com suas vidas ameaçadas pela fome, em todas as regiões do mundo. Uma ecologia holística, que não separe o ser humano da natureza, trará



inevitavelmente consequências libertadoras. E urge atuar para que a ONU, em futuro próximo, aprove uma *Declaração Universal dos Direitos da Natureza*, objetivo que tem, como forte inspiração, a encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco.

4. A ênfase que a Teologia da Libertação imprime à moral social deve ser estendida à moral pessoal. A questão da subjetividade e da ética se revela central na análise da crise do socialismo e do novo modelo de democracia. Além disso, há toda uma gama de novas situações ligadas à moral sexual que a teologia precisa encarar, como a homossexualidade, o aborto, as relações extra-conjugais, a prostituição e a própria teologia do matrimônio.
5. Em suas análises, a Teologia da Libertação precisa se cuidar para não ficar restrita ao conceito de classes sociais. Há realidades, como as das mulheres, crianças, negros e indígenas, que exigem enfoques diferentes, muitos deles identitários. Não se pode mais falar de evangelização sem um tratamento cuidadoso da inculturação.
6. O avanço acelerado da tecnologia de ponta e da pesquisa científica, desde a informática à astrofísica, da nanotecnologia à inteligência artificial, abre à reflexão teológica novos pressupostos e horizontes. Não há mais temas do “mundo rico” que não interessem ao “mundo pobre”. As interações, em todos os campos do saber e do fazer, são cada vez maiores, configurando uma nova epistemologia.
7. A crise do socialismo coloca à teologia o dever ético de resgatar a esperança dos pobres. É preciso aprofundar a questão do socialismo e a busca de modelos alternativos, enfatizando as premissas idolátricas que regem tanto as leis de mercado quanto o centralismo estatocrático. A questão da democracia não deve jamais prescindir dos mecanismos econômicos que afetam diretamente a qualidade de vida da população. E é preciso reavaliar a metodologia de educação popular junto aos setores empobrecidos.

8. Enfim, a reflexão teológica sobre a própria Igreja precisa prosseguir, mormente nesta conjuntura em que a restauração eurocêntrica é questionada pelo Papa Francisco e revitaliza a participação comunitária dos pobres na vida eclesial, reatualizando a teologia dos ministérios e, em especial, o direito das mulheres e das pessoas casadas a todos os níveis da hierarquia sacerdotal.